



HISTÓRIA E CIDADANIA

XIX Simpósio Nacional
de História-ANPUH

Organizadores
Ismênia de Lima Martins
Rodrigo Patto Sá Motta
Zilda Gricoli Iokoi

HISTÓRIA E CIDADANIA

XIX Simpósio Nacional da ANPUH
Belo Horizonte - MG - julho de 1997

vol. I

ANPUH
Humanitas
PUBLICAÇÕES
FFLCH/USP

1998

As pesquisas sobre a Antigüidade Clássica no Brasil: cidadania e erudição

Pedro Paulo de Abreu Funari
Universidade de Campinas

O ensino universitário de história antiga tem tido a oportunidade de contar com um crescente número de traduções de obras estrangeiras sobre a Antigüidade, algumas delas não apenas aprofundadas como bem traduzidas. Duas delas poderiam ser citadas como exemplos paradigmáticos: sobre a cultura grega, a obra de Jean-Pierre Vernant *Mito e Pensamento entre os Gregos, estudos de psicologia histórica*¹, traduzido com precisão e rigor por Haiganuch Sarian e, sobre o mundo antigo e a ideologia moderna, outro clássico, de Moses I. Finley, *Escravidão antiga e ideologia moderna*², em versão acurada de Norberto Luiz Guarinello, ambos utilíssimos não apenas para o estudo da Antigüidade. Outros, talvez mais populares, por causa da editora que publicam os livros – atenção, só no Brasil há moda até para editora! –, como é o caso dos *best sellers* da Companhia das Letras. Um exemplo basta: a *História da Vida Privada*, volume primeiro, a cargo de Paul Veyne, sobre o Império Romano. Há erros de cópia do original, quando está em latim, como ao apresentar *sufragia* (sic) por *suffragia* (p. 106), e galicismos que levam ao uso de três palavras diversas, em duas frases sucessivas, para se referir ao escravismo:

O escravagismo (sic) não é um traço essencial da Antigüidade romana mais do que a escravatura no sul dos Estados Unidos

antes de 1865 constitui uma característica do Ocidente moderno. Fora dessas regiões de eleição (sic), a escravidão é apenas uma das relações de produção...³.

A expressão “regiões de eleição”, para um estudante brasileiro que não conheça o francês – afinal, o leitor da tradução, presume-se, não precisa conhecer a língua do original! – pode ser entendida como “regiões onde havia eleição”, induzindo a erro de interpretação. O mesmo ocorre com *uillae*, traduzido como “castelos no campo” (p. 174), novo galicismo, em lugar de “fazendas” ou, quando muito, “casas de campo”. Deixando de lado as versões, seria o caso de tratar dos livros produzidos por autores nacionais para o ensino superior; a primeira leva de trabalhos, pioneiros, ressentiu-se de um certo apego aos manuais e livros estrangeiros; não raramente, havia erros no uso das línguas clássicas, traindo a falta de familiaridade do autor com o latim e o grego. Em seguida, classicistas mais preocupados com o domínio da documentação e mais acostumados a uma literatura científica alentada, viriam a produzir os primeiros manuais a um só tempo corretos e bem informados. Dois bons exemplos podem ser citados: *Imperialismo greco-romano*, de Norberto Luiz Guarinello⁴ e *Nascer, viver e morrer na Grécia Antiga*, de Maria Beatriz Borba Florenzano⁵. O primeiro manual, especificamente voltado para o ensino superior de disciplinas ligadas ao estudo da Antigüidade Clássica, em particular história antiga, com a apresentação de documentos comentados, sairia apenas em 1995⁶. A resenha do livro por estudiosos brasileiros e estrangeiros parece indicar que pode se constituir em obra útil para alunos e professores.

Os docentes de história antiga contam, portanto, com uma literatura, em vernáculo, mais diversificada e especializada do que há dez anos. Ainda predominam os *professores leigos*, em geral especialistas em História do Brasil que devem pagar a corvéia, de quando em quando, lecionando tema que não escolheram como sua área de investigação. Estes são, infelizmente, aqueles que, mais amiúde, utilizam uma bibliografia mais antiquada e menos

recomendável. Ainda se pode falar em *best sellers* como os livros de Mário Curtis Giordani, cujo êxito ainda persiste, graças, em grande parte, à falta de formação e, por que não?, desinteresse de docentes que não sentem qualquer atrativo pelo tema. É evidente que, como uma reação em cadeia, os alunos também não se interessam por algo que não fascina o professor e, em seguida, serão os alunos de primeiro e segundo graus a sofrerem as conseqüências desse abandono.

Muitas universidades, no entanto, começaram a se preocupar com a contratação de especialistas, oriundos dos programas de pós-graduação. Não há, via de regra, flexibilidade suficiente, nos currículos de cursos superiores, para que os alunos que iniciam o curso de graduação possam dedicar-se, desde a iniciação científica, às disciplinas mais diretamente ligadas à Antigüidade Clássica. Assim, poucas são as oportunidades para que os graduandos de história consigam seguir, com a regularidade necessária, as disciplinas de línguas clássicas, latim e grego, nem muitas disciplinas imprescindíveis para a formação geral de um bom historiador da Antigüidade são fornecidas pela Universidade brasileira, como arqueologia clássica ou numismática, para citar apenas duas. Na verdade, este é um problema generalizado na formação do historiador no Brasil, pois, embora se saiba que a história é feita com documentos – para ater-me a uma definição tradicional – e que, por isso mesmo, há que se conhecer a língua em que os documentos estão escritos, não há preocupação com o ensino das línguas em que estão os documentos; o mesmo se aplica ao estudo da paleografia, indispensável para a leitura de manuscritos antigos. Se esta já é uma deficiência na formação do historiador, em geral, maior é a falta no que se refere ao estudo da Antigüidade Clássica.

Esta deficiência estrutural exige que o aluno desenvolva as suas aptidões de maneira autodidata, o que não deixa de ter seu aspecto positivo, mas que, de qualquer forma, revela um problema estrutural que afeta a todos os graduandos em história. As dificuldades serão menores para aqueles, em grande número, que se

dedicam à história do Brasil, pois a grafia antiga não é tão distante da nossa, nem o português antigo tão diferente do nosso. As muitas expressões em latim, por exemplo, podem ser estudadas e traduzidas, com algum esforço, pelo aprendiz de historiador do Brasil. O mesmo não se passa com o classicista, cujo conhecimento do latim e do grego não pode ser demasiadamente limitado. Na prática, as dificuldades são muitas e, em alguns casos, não se dá a devida ênfase ao domínio da língua da documentação, o que resulta numa formação às vezes excelente para os parâmetros locais, mas aquém do que se esperaria de um especialista.

O estudo da história antiga, portanto, é cheio de percalços e não pode prescindir de parâmetros universais, externos ao nosso próprio meio acadêmico, sob risco de atrofiar-se. Este perigo, felizmente, não é significativo no campo dominante, a História do Brasil, pois a história de nosso país, por definição, é criação de brasileiros. O mesmo se passa, *mutatis mutandis*, com a história nacional dos outros países latino-americanos, pois não há dúvida que a história do Chile encontra seus principais referenciais no próprio Chile, assim como se passa nos demais países. Também como decorrência, as outras historiografias de nosso continente ignoram-se mutuamente, ao que parece sem grandes prejuízos. O mesmo não se passa com a história dos outros rincões da terra e de outros períodos históricos. Existe um universo historiográfico referente à Antiguidade, ou à Idade Média, que independe de estados nacionais, com inúmeras publicações periódicas, com livros, resenhas e discussões que, apropriadamente, podem ser chamadas de universais, à diferença das histórias nacionais. Os clássicos da historiografia brasileira e chilenas são clássicos nesses países, não são universais, enquanto os clássicos sobre a Antiguidade e sobre a Idade Média, sejam eles autores antigos, como Tito Lívio ou Isidoro, ou modernos, como Gibbon, Mommsen, Veyne, Finley ou Duby, são referências universais.

Esta digressão fazia-se necessária para que ficasse claro que o campo discursivo da História do Brasil talvez possa resumir-se

ao Brasil, enquanto o estudo da Antigüidade não pode restringir-se, artificialmente, às fronteiras do estado nacional. Um estudo sobre a Revolução de 1930 pode restringir-se a dialogar com autores brasileiros, mas um ensaio sobre um tema qualquer da Antigüidade não deveria contentar-se com isso. Daí a redobrada importância do conhecimento de línguas e da erudição, em geral. Apesar das dificuldades, pode-se produzir, em nosso meio, estudos que dialogam com a ciência universal e que passam a ser debatidos, tomados como referência ou, mesmo, contestados, mas sempre em um ambiente acadêmico internacional. Para tanto, como disse, faz-se necessário enfatizar a formação do estudioso, o que permitirá sua inserção nos debates científicos universais. Assim, é sintomático que o único brasileiro a ter escrito na prestigiosa coleção francesa de história *Nouvelle Clío*, tenha sido...uma classicista! Haiganuch Sarian (1989) foi encarregada de escrever o capítulo conclusivo, interpretativo por excelência, do volume sobre as civilizações egéias. Os três livros e mais de vinte artigos que publiquei no exterior traduziram-se em muitas citações e resenhas e, em alguns casos, como no livro de Antonio Varone (1994), "Erotica Pompeiana", tive uma obra elencada entre as abreviadas, ao lado do *Corpus Inscriptionum Latinarum*.

Nossos especialistas na história antiga *podem*, portanto, dialogar com a literatura científica internacional. Além da formação do pesquisador, há que se estar aberto ao contato com o exterior, não apenas, nem principalmente, pelas lacunas bibliográficas, em nosso meio. De fato, os meios eletrônicos permitem que hoje se tenha acesso às fontes e à literatura científica, moderna ou antiga, com certa facilidade. Os contatos com o meio acadêmico internacional, neste contexto, mantêm sua importância enquanto inserção em uma *cultura* acadêmica. Nada substitui essa participação direta, tanto na forma de aulas de professores estrangeiros, no Brasil, como pelo contato com pesquisadores e instituições estrangeiras. No mínimo, para que conheçam os parâmetros universais. Assim se evitariam pesquisas abortadas *ab initio*, como o

estudo de Mommsen, por alguém que não sabe bem o alemão, ou uma análise sócio-cultural, sem o necessário conhecimento do latim ou do grego. Ainda neste caso, felizmente não se trata de um *wishful thinking*, pois há já exemplos de cooperação sólida entre instituições e entre pesquisadores, implicando não apenas a importação de docentes e cursos estrangeiros como, de maneira mais significativa ainda, a exportação de professores e de cursos. Há relações sólidas, por exemplo, com a Brown University, com as escolas francesas de Atenas e de Roma, com o CEIPAC de Barcelona, entre outras instituições.

A história antiga e suas vicissitudes no Brasil atual relacionam-se com a questão da cidadania de diversas formas interrelacionadas. Em primeiro lugar, a formação de bons cidadãos implica o desenvolvimento de uma consciência crítica, que começa a ser cultivada nos bancos escolares. Esse “discernimento” – esse o sentido de *krists*, em grego – não se dá em um vazio, como se todos os discursos fossem igualmente válidos, pois as diferentes interpretações ligam-se a interesses de grupos sociais. A manutenção de desigualdades e de opressões depende, diretamente, da propagação de valores considerados *clássicos*. Um bom exemplo consiste na divulgação de noções de raça, língua e cultura, como um todo único e homogêneo, a partir de um modelo normativo de cultura. Este modelo funda-se na tríade *ein Volk, eine Sprache, eine Heimat*, “um povo, uma língua e uma pátria”, cuja formulação dependeu, diretamente, do desenvolvimento da noção de língua indoeuropéia e conseqüentes povo (ou raça) e pátria primigênia indoeuropéias.

As teorias científicas relacionam-se, de forma muito clara, aos interesses de grupos sociais e essa reificação dos conceitos de língua, raça e pátria não pode ser desvencilhada do avanço europeu pelo mundo, que levaria à formulação de teorias que dessem sustentação às desigualdades e opressões, em particular que justificassem a escravidão negra e a submissão de inúmeros povos coloniais. Os preconceitos, que existiam, há muito, quanto a

diferentes grupos culturais, tornaram-se, no século XVIII e início do XIX, científicas constatações de superioridade de uns – os arianos – e inferioridade de outros – negros, semitas *et alii* –, gerando-se, ainda, a moderna formulação do Estado-nacional, centrado na “unidade cultural”, intolerante quanto à diversidade. O que nos interessa, nesta ocasião, é o papel da *Altertumswissenschaft*, ou estudo da Antigüidade, na construção de teorias científicas que estiveram na base das ideologias opressoras nos últimos dois séculos. Assim, a compreensão do racismo institucionalizado no mundo contemporâneo teria muito a ganhar com um conhecimento crítico e aprofundado da construção dos estudos sobre a Antigüidade.

Dois campos distantes, cronologicamente, da Antigüidade, podem servir como exemplos da importância de um estudo aprofundado de história antiga e de suas formulações modernas. Por um lado, a transformação da escravidão como sujeição de pagãos ou de pobres aos poderosos, em superioridade dos proprietários e inferioridade dos escravos, dependeu de uma nova interpretação dos autores antigos e da cientificação da noção de raça e língua. Portanto, toda a historiografia sobre a escravidão moderna, em geral, e no Brasil, em particular, não poderia prescindir de uma crítica da construção desse discurso. Por outro lado, o discurso sobre os indígenas americanos, antes do contato com os europeus e nos séculos posteriores, ainda constrói-se, no Brasil, a partir dos conceitos arianistas, aqui transpostos para os grupos indígenas. Língua guarani, povo guarani, cultura guarani, território guarani, migrações guaranis, remetem ao modelo arianista de Kossina (1911), agora aplicados aos ameríndios. Não é casual que teorias racistas vicejem na sociedade abrangente, pois, no interior da academia, geram-se interpretações culturalistas que retornam à sociedade, intensificando os preconceitos do senso-comum. “Raças (ou povos) são assim ou assado”, “as sociedades são todos coesos, homogêneos, cujos integrantes seguem regras e normas de comportamento socialmente aceitos”; conseqüentemente, grupos ou indivíduos que não se amoldam a essa suposta coesão

regras são anômalos. Em outras palavras, a manutenção de desigualdades e opressões funda-se, em parte, no desconhecimento dos fundamentos epistemológicos de diversas noções oriundas da *Altertumswissenschaft*. Resultado de uma história antiga pouco desenvolvida.

A história antiga, contudo, já avançou muito, em nosso meio. Pode-se dizer que há uma massa crítica de estudiosos brasileiros sobre a Antigüidade comparável, não em número, mas em vitalidade, àquela de História do Brasil, ainda que tenha se desenvolvido, como se disse, apenas nos últimos anos. Os artigos sobre temas da Antigüidade, publicados em revistas brasileiras, são numerosos, tendo surgido, além disso, publicações especializadas como *Classica*, que congrega artigos de Letras, História, Arqueologia, Filosofia, *Phoenix*, revista de história antiga da UFRJ, ou o *Boletim do Centro de Pensamento Antigo da UNICAMP*, de caráter interdisciplinar. Esta produção deveria servir, em primeiro lugar, para uso nos cursos de história antiga, já que os artigos estão em vernáculo e as revistas podem ser obtidas por intercâmbio, embora, na prática, sua difusão não seja tão ampla como poderia ser. Além disso, há ainda certa resistência infundada ao uso de artigos brasileiros, preteridos em favor de textos, às vezes antigos, de autores estrangeiros. Entretanto, há casos de discussão acadêmica de autores e interpretações nacionais, demonstração do vigor da história antiga no Brasil. Dois casos podem ser citados como bons exemplos: os estudos sobre a sociedade e cultura romanas, a partir da obra de Petrônio, cujos estudiosos citam-se e trocam idéias e sobre a cultura popular na Antigüidade, a partir de um livro que publiquei em 1989, em português, e em 1992, em espanhol.

O ensino de história antiga nos cursos superiores, portanto, conta com um conjunto de docentes crescentemente especializado. Neste contexto, deve superar-se o conceito, pedagogicamente desaconselhável, de *programas* de disciplina, que independeriam dos docentes. Essa uniformização e empobrecimento de con-

teúdos não se coaduna com a capacidade criativa de docentes pesquisadores, produtores de conhecimento que visam transformar seus alunos em produtores, eles também, de conhecimento. Daí a importância da ênfase no trato com a documentação, ainda mais que se difundem as publicações de textos clássicos, no original e em tradução, com notas explicativas e esclarecimentos vários. A comparação de diferentes traduções, como o premiado livro de João Angelo Oliva sobre Catulo permite fazer, representa uma ferramenta importante nas mãos do docente de história antiga. Outro recurso didático muito aconselhável é a leitura dramática de peças clássicas, prática tornada mais acessível graças às traduções, voltadas para a representação, do grupo de latinistas e helenistas da UNESP de Araraquara. À aridez da erudição que a disciplina não pode dispensar, as leituras dramáticas de peças e de poemas fornecem um contraponto, pois a emoção e o prazer são indispensáveis para que o conhecimento seja criativo e proveitoso.

Como conclusão desta exposição, caberia ressaltar que, embora os avanços tenham sido notáveis no que se refere à pesquisa e à docência superior, ainda há muito que se fazer para que a história antiga possa influir, de maneira mais decisiva, na formação da cidadania. É necessário expandir a pós-graduação em Antiga, para que as disciplinas de graduação passem a ser ministradas por pesquisadores, em muitas instituições em que ainda não o são. Impõe-se, para tanto, flexibilizar o currículo, para que os graduandos possam especializar-se desde cedo. A massa crítica existente e em formação deve preocupar-se em integrar-se à ciência internacional. Como resultado, o conhecimento crítico sobre a Antigüidade poderá reverter em benefícios para áreas como a História do Brasil, em particular ao permitir uma formação mais sólida e crítica para os estudiosos de temas como a escravidão, o racismo, a pré-história e os contatos culturais, em geral. Apenas dessa forma, o ensino fundamental e os meios de comunicação poderão oferecer leituras alternativas, menos comprometidas com a exploração e a mistificação das relações sociais, no passado e no presente. A

história antiga é apenas um componente desse processo, mas como grande parte das construções ideológicas contemporâneas fundam-se em noções desenvolvidas pela *Altertumskunde*, é a cidadania, como um todo, quem tem a ganhar com seu conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos seguintes colegas que, de uma ou outra forma, contribuíram para as reflexões desenvolvidas, ainda que a responsabilidade limite-se ao autor: Antônio Aguilera, Martin Bernal, José P. Brochado, Zélia de Almeida Cardoso, Genaro Chic, José Dejalma Dezotti, Fábio Faversani, Maria Beatriz Florenzano, Renata Senna Garraffoni, Claudiomar dos Reis Gonçalves, Norberto Luiz Guarinello, Nobuo Hayashi, Siân Jones, Célio José Losnak, Mário Maestri, Antônio de Paiva Moura, João Angelo Oliva Neto, Haiganuch Sarian, André Luiz Soares, J. A. A. Torrano.

NOTAS

- ¹ VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e Pensamento entre os Gregos, estudos de psicologia histórica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- ² FINLEY, Moses I. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro, Graal, 1991.
- ³ VEYNE, Paul. "O Império Romano". In DUBY, Georges e ARIÈS, Philippe. *História da vida privada. Do Império Romana ao Ano Mil*. vol. 1, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 63.
- ⁴ GUARINELLO, Norberto Luiz. *Imperialismo greco-romano*. São Paulo, Ática, 1987.
- ⁵ FLORENZANO, Maria Beatriz Borba. *Nascer, viver e morrer na Grécia Antiga*. São Paulo, Atual, 1996.
- ⁶ FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. *Antigüidade clássica: a história e a cultura a partir dos documentos*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1995.